

O REPowerEU ou como acelerar a transição energética para sobreviver no novo contexto geopolítico

A guerra na Ucrânia representou um ponto de viragem nas relações entre a UE e a Rússia, e colocou em destaque as graves implicações da elevada dependência europeia das importações de energia de origem russa, em particular do gás. Conscientes de que a dependência energética jogava contra a UE, a Comissão aprovou em maio o plano REPowerEU, com medidas para acelerar a transição energética prevista no *Green Deal* e no *Fit for 55*.¹

Deixar de depender do gás russo, objetivo-chave do REPowerEU, embora difícil de cumprir na sua totalidade a curto prazo

Com o plano REPowerEU, a Comissão apresentou em maio uma estratégia clara para eliminar completamente a dependência europeia dos combustíveis fósseis russos em 2027. Assim, previa um plano específico para substituir completamente as importações de gás russo na UE (155 bcm² em 2021) em 2027 e cerca de dois terços (mais de 100 bcm) no final de 2022.³ Contudo, com dados até agosto de 2022, a UE tinha já importado um total de 53 bcm de gás russo, pelo que a redução da dependência russa este ano será muito provavelmente um pouco inferior ao estabelecido no REPowerEU. A curto prazo, a Comissão depende principalmente do gás natural liquefeito (GNL) para substituir o gás russo e estima que as importações possam aumentar este ano em 50 bcm,⁴ uma meta viável de acordo com os dados disponíveis. Bruxelas também esperava substituir mais de 50 bcm adicionais em 2022 através de diferentes alavancas: maiores importações de gás via gasoduto de outros fornecedores (Noruega, Argélia ou Azerbaijão seriam os principais), carvão, menor procura devido a preços mais elevados, poupança energética,⁵ nucleares... Estes 50 bcm adicionais eram um objetivo algo ambicioso; por exemplo, substituir 10 bcm através de maiores importações de gás natural provenientes de países terceiros, excluindo o GNL, não seria fácil de conseguir (os dados de importações até agora este ano mostram que não aumentaram). Considerando as dificuldades óbvias na substituição do gás russo a curto prazo, alguns países (Alemanha, Países Baixos, Áustria e França) estão a considerar a possibilidade de aumentar a utilização de carvão na produção de eletricidade, apesar das consequências nocivas sobre as alterações climáticas e apesar de entrar em contradição com os objetivos de redução de emissões de gases com efeito estufa estabelecidos pela Comissão.

É necessário avançar na integração energética da UE

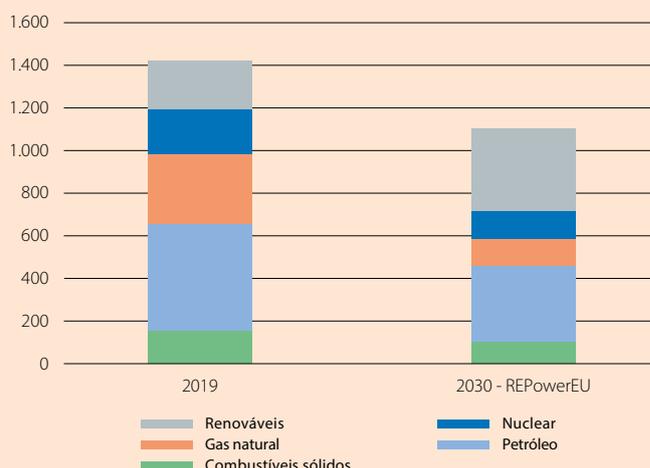
O plano REPowerEU reativa a implementação de muitos projetos energéticos há muito pendentes e com ênfase nas conexões transfronteiriças para alcançar um mercado integrado que assegure o fornecimento de energia em todos os Estados-Membros.

A curto prazo, o plano centra-se em projetos europeus de interesse comum para construir infraestruturas de gás com capacidade de 20 bcm anuais na Europa de Leste e no Báltico este ano, e em apoiar os planos da Alemanha para a instalação de sete plataformas flutuantes de GNL, três das quais deverão estar operacionais este inverno, para além da que já está em funcionamento desde o verão nos Países Baixos. A médio prazo, pretende-se que todas as economias europeias tenham acesso a três fontes alternativas de gás ou ao mercado global de GNL.

Além disso, destaca-se a promoção de uma maior interligação elétrica da Península Ibérica com a França através de projetos transversais como a interligação entre Bilbao e Bordéus através do golfo da Biscaia com a colocação de um cabo submarino previsto para 2025⁶ ou as interligações também previstas com Navarra e Aragão. Por outro lado, a possibilidade de interligações de gás com a

União Europeia: fontes de produção de energia* atualmente e previsões para 2030 segundo o REPowerEU

Megatoneladas equivalentes de petróleo



Notas: * Segundo a definição do Eurostat, refere-se à soma da produção de energia primária, das importações e das variações de inventários, menos as exportações e o reabastecimento de navios em alto mar. Graças às melhorias na eficiência energética, a oferta energética total será inferior em 2030 do que em 2019.

Fonte: Documentação do RePowerEU da Comissão Europeia segundo cálculos do Eurostat (2019) e Primes (2030).

1. O *Green Deal* é um plano apresentado em janeiro de 2020 com ações para combater as alterações climáticas e fazer da Europa o primeiro continente com emissões zero até 2050. Um primeiro objetivo é reduzir as emissões em pelo menos 55% até 2030, em comparação com 1990. Para tal, é necessário adotar novas normas e atualizar a legislação em vigor na UE, o que se encontra estabelecido no pacote *Fit for 55* apresentado em junho de 2022.

2. Mil milhões de metros cúbicos. Em 2019, as importações russas foram de 195 bcm.

3. Embora não deem pontos intermédios entre 2022 e 2027, seriam gradualmente reduzidas neste período de cinco anos até se atingir a substituição total em 2027.

4. Um aumento de 60% em relação a 2021.

5. Redução do termóstato dos edifícios em 1 °C.

6. Com este cabo de 400 quilómetros, a taxa de interligação entre Espanha e França atingiria 5%. Atualmente, Espanha pode exportar apenas 2,8% da eletricidade que produz para o resto do continente através da França, mas a UE aconselhou em 2002 que as ligações transfronteiriças deveriam transportar 10% da capacidade de produção elétrica de cada país.

França ou Itália também foi recentemente posta em cima da mesa. Além disso, defende-se a homogeneização da forma de tratamento do gás para a interligação com a Europa Central (Espanha e França utilizam um tratamento de odorização diferente do resto da Europa). Além disso, o plano abre a porta para a península desempenhar um papel importante no corredor do hidrogénio verde: reconhece que pode ser o ator principal, tirando partido da sua proximidade com o norte de África, embora não forneça pormenores específicos sobre como seria a implementação. Trata-se de grandes investimentos com um período de maturidade relativamente longo, pelo que o principal risco para o seu desenvolvimento é que a crise energética premente resulte num financiamento menor do que o necessário. A tensão entre o curto e o longo prazo parece evidente.

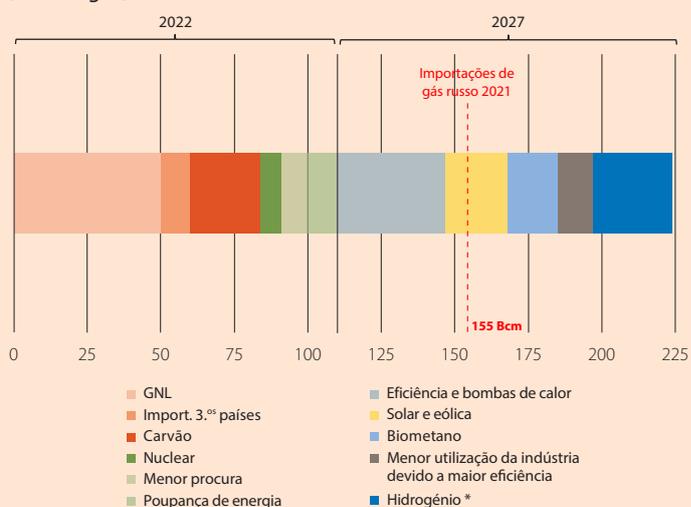
Um impulso para as energias renováveis com três grandes vencedores a médio prazo: hidrogénio verde, biometano e energia solar

Parece claro que, a curto prazo, não será tão fácil conseguir a desejada desvinculação energética da Rússia. Contudo, um dos objetivos claros do plano REPowerEU é acelerar a transição energética nos próximos oito anos.

O REPowerEU contempla um aumento do peso das energias renováveis na oferta energética da UE em 2030 de 5 p.p. em relação ao plano energético *Fit for 55* para 45% do total, à custa de uma redução do gás em 7 p.p. para 3,3% do total. Este aumento baseia-se principalmente na intenção de promover o hidrogénio renovável e o biometano a médio prazo, duas energias renováveis que exigirão um elevado investimento em infraestruturas e interligações.

Relativamente à capacidade energética instalada em renováveis, o objetivo do REPowerEU é aumentá-la em 15,8% em relação ao mercado no *Green Deal*, principalmente através do aumento da energia solar. Assim, espera-se que a capacidade total desta energia, uma fonte em expansão graças aos seus custos de produção e instalação muito reduzidos, quadruplique entre 2020 e 2030. Além disso, a Comissão Europeia pretende acelerar a sua implantação: propõe reduzir para três meses o tempo de concessão das licenças de instalação de painéis solares (em alguns casos, demora atualmente até um ano), sugere que os Estados-Membros reduzam o IVA sobre os painéis solares e bombas de calor, e facilitará que os novos edifícios construídos estejam perfeitamente equipados para produzirem energia solar. Assim, a Comissão estima que, com o REPowerEU, as renováveis clássicas (solar e eólica) poderão substituir 13,5% do total de gás russo que a Europa importava por ano antes da guerra (155 bcm) num prazo de cinco anos; o biometano, 11% e o hidrogénio verde, 17,4% (em oito anos neste último caso).

União Europeia: substituição de importações de gás russo (Bcm de gas)



Nota: * No caso do hidrogénio, a quantidade mostrada no gráfico seria substituída em 2030.
Fonte: BPI Research, a partir dos dados da documentação do REPowerEU.

Financiamento: de onde virá o dinheiro para financiar o REPowerEU

O Plano REPowerEU exigirá investimentos muito importantes: a Comissão calcula 300.000 milhões de euros até 2030, com uma concentração de 210.000 até 2027, metade dos quais seriam destinados a renováveis. Os novos investimentos do Plano REPowerEU serão adicionados aos já previstos nos planos de recuperação e serão em grande parte financiados através dos empréstimos pelos quais os Estados-Membros podem optar no quadro NGEU. Assim, a Comissão prevê que 225.000 milhões de euros sejam financiados através dos créditos do NGEU. Os outros 75.000 até cobrir os 300.000 serão financiados através de subvenções provenientes dos fundos de coesão (cerca de 27.000 milhões), de novas subvenções do NGEU obtidas com a venda de direitos de emissão do sistema de comércio de emissões da UE (cerca de 20.000 milhões) e da Política Agrícola Comum (cerca de 7.500 milhões). Neste momento, importa referir que a Comissão assume o papel de mero coordenador destas políticas energéticas, mas o sucesso do plano dependerá em grande medida da vontade dos Estados-Membros.

O setor bancário pode desempenhar um papel crucial na mobilização de recursos que permitam alcançar os marcos do RePowerEU. Pode ajudar os clientes a reconhecer esta oportunidade e facilitar o financiamento de projetos nos diferentes âmbitos do plano e de iniciativas em setores adjacentes, contribuindo assim para que os recursos cheguem ao conjunto do tecido produtivo e do território.

Em suma, pretende-se associar intimamente o REPowerEU ao NGEU. Contudo, o NGEU foi concebido para superar um tipo diferente de crise (a do COVID-19), com parte dos fundos já distribuídos e alocados, pelo que poderá não ser suficiente. Serão necessários mais progressos numa resposta fiscal comum para que as agendas do NGEU e do REPowerEU possam ser cumpridas.

Perspetivas de fornecimento de gás na Europa: um jogo de equilíbrios

As grandes mudanças que estão a ocorrer em 2022 nas relações entre blocos estão a promover profundas transformações estruturais em áreas como a tecnologia, a defesa e a política energética. Além disso, o gás, uma energia chave na transição energética, tornou-se recentemente numa arma política, deixando em alerta máximo muitos países e indústrias dependentes desta fonte de energia.

Importações de gás: substituição parcial alcançada

A UE é um importador líquido de gás cujos principais fornecedores têm sido, historicamente, os produtores mais próximos em termos geográficos. Em 2021, a Rússia era o principal fornecedor da UE, com 40% do total de importações de gás natural. As importações do norte da Europa (principalmente da Noruega) e do norte de África representavam 30% do total. Por outro lado, as importações de gás natural liquefeito (GNL) de outras origens representavam os restantes 30% de importações em 2021.¹

A recente escalada das tensões com a Rússia fez com que as importações de gás provenientes desse país atingissem mínimos históricos: em setembro, as importações mensais da Rússia ascendiam a 2,8 mil milhões de metros cúbicos (bcm, na sigla em inglês), menos 8,0 bcm do que em setembro de 2021. Esta queda foi compensada por um aumento das importações de GNL, que cresceram 5,8 bcm em comparação com setembro de 2021, enquanto todas as outras importações permaneceram estáveis. Globalmente, apesar da queda homóloga de 74% nas importações de gás russo em setembro, as importações totais de gás natural estão apenas 7,4% abaixo do nível registado há um ano (ver primeiro gráfico).

No entanto, apesar do elevado grau de substituição alcançado em 2022, a capacidade da UE para importar mais GNL a curto prazo está condicionada por vários fatores, tais como a limitada capacidade de regaseificação no norte da Europa, deficiências na interconexão entre países da UE (por exemplo, baixa conectividade com a Península Ibérica, onde se encontra cerca de 35% da capacidade de regaseificação de toda a UE), oferta global limitada de GNL e o número reduzido de navios metaneiros disponíveis para o transporte.

Perante um cenário em que se espera que as importações de gás russo permaneçam no mínimo histórico atual,² mas também que a substituição de importações a curto prazo esteja perto de atingir o seu limite, podemos projetar as perspetivas de aprovisionamento de gás na Europa, acrescentando à análise a situação atual das reservas de gás e o padrão de consumo de gás natural.

Reservas de gás: quanto tempo nos ajudarão a resistir?

O nível das reservas da UE, no final de setembro, era de cerca de 90%, o que permite algum otimismo cauteloso. No entanto, é importante salientar que a margem de manobra real resulta da projeção das reservas restantes no final da estação fria, e não no início, em que nos encontramos atualmente. Isto porque, durante a estação fria, as importações de gás não são suficientes para suprir a elevada procura de gás, pelo que as reservas acumuladas durante a estação quente são também utilizadas. Historicamente, as reservas de gás atingem um máximo entre 80% e 95% em outubro e descem para entre 20% e 50% em março, dependendo principalmente da severidade do inverno.

Até que ponto irão cair as reservas europeias de gás após o inverno, tendo em conta a redução das importações russas? Mantendo o consumo igual ao do ano anterior (um máximo recente) e as restantes importações ao nível médio de 2022 (ver primeiro gráfico), é possível verificar que as reservas atuais não seriam suficientes para todo o inverno e implicariam racionamentos de energia (linha laranja no segundo gráfico). Além disso, tendo em conta os limites do lado da oferta, esta situação poderia mesmo agravar-se no inverno de 2023-2024.³ Por isso, para minimizar os riscos, é necessário considerar, como fez a UE, medidas de redução do consumo.

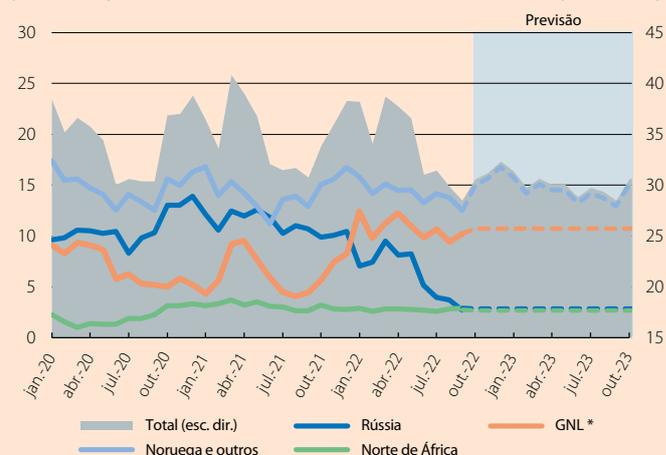
1. A origem deste gás varia entre países. Entre os principais exportadores globais de GNL encontramos a Austrália, o Qatar, os EUA e a Nigéria. Por outro lado, a maioria dos navios metaneiros são produzidos na Coreia do Sul.

2. Assumimos que o Nord Stream 1 permanecerá fechado e que as importações através dos principais gasodutos alternativos da Rússia para a Europa, tais como o Yamal e o Turkstream, permanecerão ao nível atual de 2 bcm por mês.

3. O agravamento dever-se-ia à capacidade de reabastecimento de reservas antes do inverno de 2023-2024 ser muito menor: as reservas partiriam de mínimos históricos em março de 2023 e o volume de importações seria mais reduzido.

Importações europeias de gás segundo a origem e cenário futuro

(Bcm/mês)



Nota: * Gás natural liquefeito importado de qualquer país de origem.
Fonte: BPI Research, a partir dos dados da Bloomberg.

A seguir, analisamos dois cenários adicionais, assumindo que, sem medidas, o nível de consumo de gás seria o da média dos últimos cinco anos (sem 2020). É uma forma de prever condições meteorológicas «médias» e, portanto, não tão extremas como as do ano passado. A partir daqui, estimamos que nível de redução do consumo ou aumento das importações de gás seria necessário para manter as reservas de gás dentro do intervalo de segurança (ou seja, próximo dos mínimos históricos de reservas, a parte inferior da faixa cinzenta no segundo gráfico), o que evitaria graves problemas de fornecimento ou medidas rigorosas de racionamento.

Num cenário conservador no qual a UE não consegue aumentar as importações de gás, estimamos que seria necessário um corte de 10% no consumo de gás. Este é um número que parece possível de atingir já este ano, visto que, no 1S 2022, alguns dos maiores consumidores europeus de gás, como a Alemanha, os Países Baixos, a França ou a Polónia, reduziram o seu consumo em mais de 5% em comparação com a média histórica. Além disso, situa-se abaixo dos 15% de redução voluntária da procura de gás natural a que os Estados-Membros se comprometeram em julho para o período entre agosto de 2022 e março de 2023.

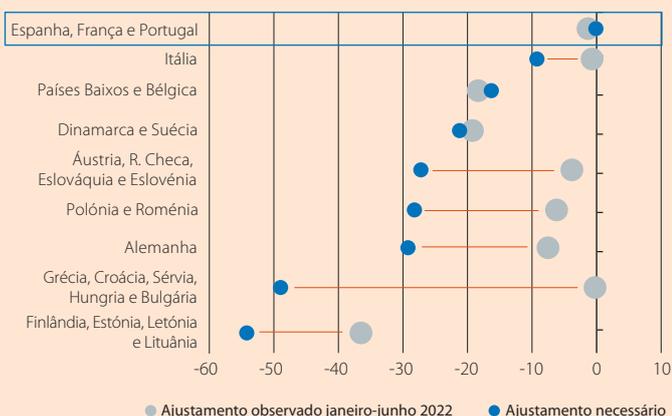
Por outro lado, num cenário mais favorável em que as importações esperadas de GNL aumentassem 10%,⁴ uma redução de 5% no consumo seria suficiente para manter as reservas europeias de gás dentro do intervalo de segurança.

Ajustamento do consumo: as obrigações seguem por zonas

No entanto, a situação não será igual para todos os Estados-Membros, tal como referido na análise desenvolvida por McWilliams.⁵ Os autores analisam as necessidades de ajustamento do consumo de gás por país, num cenário mais severo do que o deste artigo (corte total nas importações russas e menos substituição por outros fornecedores). De um modo geral, espera-se que as necessida-

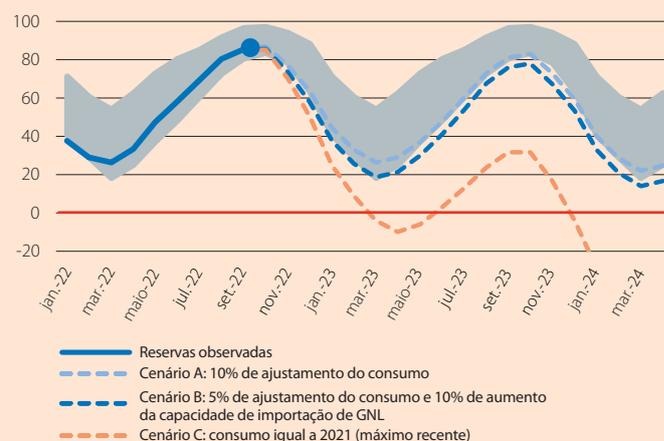
Ajustamento do consumo de gás natural observado e necessário

Variação relativamente ao nível de base (%) *



Notas: * Ver McWilliams, Z. (2022), «European Union demand reduction needs to cope with Russian gas cuts», Bruegel Blog, 7 de julho. O nível de consumo de gás natural base é a média entre 2017 e 2021 (excluindo 2020). O ajustamento de consumo necessário é o que permitiria manter um nível de reservas estável durante dois invernos. Os autores estimam que o ajustamento de consumo necessário para a UE é de 15%, um pouco mais elevado do que a nossa estimativa de 10%.
Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Eurostat e de estimativas do Bruegel.

Reservas de gás natural da UE, cenários * (% sobre a capacidade de reservas)



Notas: * Todos os cenários assumem como base a manutenção da atual substituição de importações russas. Ajustamento do consumo versus consumo médio 2017-2021 (excluindo 2020). A área sombreada representa o nível máximo-mínimo histórico de reservas.
Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Eurostat e da Bloomberg.

des de ajustamento do consumo sejam maiores em países com menor facilidade de substituição de importações e maior dependência dos fornecimentos da Rússia. Este grupo inclui alguns países bálticos e do leste europeu, bem como a Alemanha, que podem ter de enfrentar reduções muito significativas do consumo para manter um nível estável de reservas para os próximos dois invernos. Por outro lado, os países sem litoral ou com reduzida capacidade de importação de GNL, como a Polónia ou os Países Baixos, podem ter de enfrentar ajustamentos de consumo semelhantes aos propostos pela Comissão Europeia. Finalmente, os países historicamente menos dependentes do gás russo e com maior capacidade de importação de GNL, incluindo França, Itália, Espanha e Portugal, podem encontrar-se numa situação mais confortável para os próximos invernos sem a necessidade de ajustamentos de consumo, ainda que a preços historicamente elevados.

Há alguns meses, Mario Draghi, o primeiro-ministro cessante de Itália e ex-presidente do BCE, perguntou de forma retórica aos seus compatriotas se preferiam «o ar condicionado ou a paz» na Europa. É evidente que, embora o esforço seja assimétrico, em tempos de guerra os europeus terão de utilizar o aquecimento como arma de defesa.

4. Aumento de 10% em comparação com o cenário base (ver primeiro gráfico). A capacidade de aumento da importação dependerá da disponibilidade de GNL no mercado global, da instalação de novas centrais de armazenamento e regaseificação na Europa e da continuação ou não das importações de GNL da Rússia. Neste contexto, os Países Baixos (*hub* chave da importação de GNL na Europa) possuem duas centrais flutuantes instaladas e a Alemanha prevê a instalação de duas centrais flutuantes ainda este ano e três centrais adicionais em 2023-2024.

5. Ver McWilliams, Zachmann (2022). «European Union demand reduction needs to cope with Russian gas cuts». Bruegel Blog, 7 de julho. Na sua análise, os autores trabalham com um cenário mais pessimista do que o utilizado neste artigo: (i) assumem uma queda de 100% nas importações russas em comparação com os 75% no nosso cenário (devido ao Turkstream e Yamal), (ii) assumem um fluxo de importações não russas 19% inferior ao do nosso cenário e (iii) estimam um nível de reservas para o mês de setembro de 70% (vs. os 90% efetivamente atingidos).

A Europa e o objetivo de se desvincular do petróleo russo: um objetivo alcançável a curto prazo

Desde o início da guerra na Ucrânia, o bloco de países do Ocidente estabeleceu como um dos seus objetivos reduzir a sua dependência das importações de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) da Rússia.¹ Este propósito, para além de ser motivado pelo desejo de diminuir a dependência dos fornecimentos energéticos aos fluxos de um grande fornecedor, visava enfraquecer a economia russa.² Os primeiros passos foram dados pelos EUA e Canadá ao imporem um veto às importações de petróleo e gás russo em março. No entanto, no Velho Continente a adoção de uma decisão sobre o assunto levou mais tempo, dado que a Europa tem sido historicamente o principal mercado da Rússia para as suas exportações de petróleo e gás natural (30% e 40%, respetivamente). Finalmente, em junho, todos os Estados-Membros da UE assinaram um pacote de sanções³ que incluía a proibição da compra, importação ou transferência de petróleo e determinados produtos petrolíferos da Rússia para a UE. As restrições serão implementadas gradualmente, entre dezembro e fevereiro de 2023, e afetarão 90% do crude e dos produtos refinados que a Rússia fornece ao bloco europeu. No entanto, assinou-se também uma exceção temporária para as importações de crude fornecido por oleoduto a alguns Estados-Membros (como a Hungria, a República Checa e a Eslováquia) com elevada dependência dos fornecimentos russos e que carecem de alternativas viáveis a curto prazo. Além disso, no final de setembro, a UE discutiu a proposta de um oitavo pacote de sanções à Rússia, que inclui o estabelecimento de um limite máximo ao preço do petróleo russo.

Como evoluíram as importações de crude da UE?

Durante os primeiros seis meses da guerra, a UE manteve-se como o principal comprador dos combustíveis fósseis russos, apesar de ter reduzido progressivamente a percentagem das importações destes bens da Rússia, de 70% em março para 54% em agosto. Esta descida tem sido largamente impulsionada pelo menor fluxo de compras de gás natural, que se intensificou em agosto com o abrandamento e posterior interrupção dos fornecimentos através do Nord Stream 1, e do carvão, cujo embargo por parte dos países da UE⁴ também entrou em vigor em agosto. Do mesmo modo, no caso do petróleo, a dependência europeia do crude russo tem vindo a diminuir gradualmente. Segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA, na sua sigla em inglês), a percentagem de importações de crude russo sobre o total das importações de petróleo dos países europeus da OCDE diminuiu do pico de 26% registado em março, perante os receios de escassez de fornecimentos, para 15% em junho, como resultado das sanções financeiras e comerciais impostas à Rússia. Assim, a percentagem de importações de petróleo russo situou-se na média do 1S 2022 em 19,6% (21,4% na primeira metade de 2021).

Vale a pena notar que, face às menores compras provenientes da Europa, ocorreu uma reorganização do comércio internacional de combustíveis fósseis da Rússia. Os dados mais recentes sugerem que a China superou a Alemanha como o principal comprador de petróleo e carvão russo. Além disso, países como a Índia e o Egito, que até antes do início da guerra apenas importavam petróleo dos Urais, emergiram como importantes parceiros comerciais,⁵ tendo inclusivamente importado mais petróleo russo do que os principais países da zona euro entre os meses de julho e agosto.

Esta redistribuição comercial dos fluxos de crude russo também tem sido evidente na evolução das receitas da Rússia provenientes da venda de combustíveis fósseis para o resto do mundo. Apesar das restrições do Ocidente e da moderação da atividade

OCDE Europa: dependência do petróleo da Rússia



Fonte: BPI Research, a partir dos dados da IEA.

1. A Rússia é uma das principais potências na produção e exportação de combustíveis fósseis, sendo que ocupa a terceira posição no *ranking* mundial.
 2. Até 2021, 40% do Orçamento Federal da Rússia era alimentado por receitas geradas pelos impostos e tarifas de exportação de gás natural e petróleo.
 3. Sexto pacote de sanções da UE sobre a Rússia (junho de 2022). Ver *Publications Office* (europa.eu).
 4. Quinto pacote de sanções da UE sobre a Rússia (abril de 2022). Ver *Publications Office* (europa.eu).
 5. Segundo dados do Centre for Research on Energy and Clean Air (CREA), a Índia e o Egito estão envolvidos no processo de refinação do petróleo que compram à Rússia e depois exportam-no para o resto do mundo ocidental, como, por exemplo, EUA e Austrália.

global, a participação dos novos compradores tem permitido que as receitas diárias das exportações de petróleo se mantenham acima dos níveis anteriores à guerra, num contexto de preços internacionais do barril de crude elevados, apesar da sua descida em relação a março, quando o preço do barril de Brent atingiu o seu nível máximo (128 dólares).

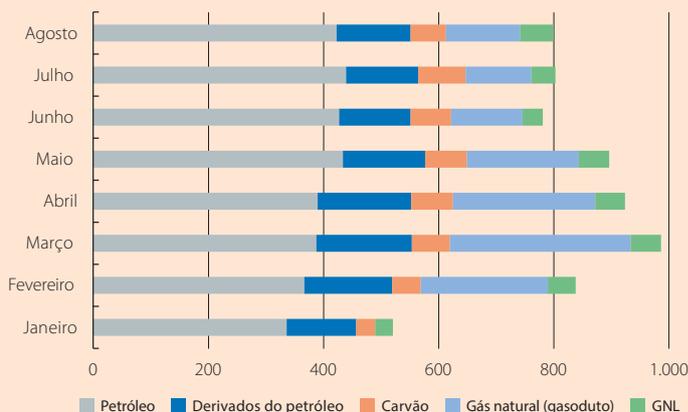
Após o embargo do crude russo, que opções tem a Europa?

Os esforços da UE para reduzir o consumo de gás natural estão a ser compensados por um maior consumo agregado de petróleo e carvão (8% e 7% homólogo, respetivamente, no 1S do ano, segundo o Eurostat). Este aumento ocorreu num contexto em que as importações da Rússia têm sido progressivamente reduzidas e mesmo proibidas, como no caso do carvão, de modo que as compras de fornecimentos energéticos de outros países têm aumentado. Por exemplo, a África do Sul e a Colômbia tornaram-se os principais fornecedores de carvão, enquanto no que diz respeito ao petróleo as importações diárias de crude da Arábia Saudita e do Iraque em julho aumentaram 90% em relação a janeiro de 2022, e as dos EUA situaram-se a níveis máximos. Para os próximos meses, a dependência do petróleo russo continuará a ser reduzida: estima-se que, com a entrada em vigor do embargo da UE ao crude russo, as importações de petróleo da UE provenientes da Rússia diminuirão para 600 000 barris por dia até ao final deste ano, dos 3 milhões de barris diários antes do conflito e dos 2,3 milhões de julho. No entanto, tudo aponta para que as necessidades europeias de petróleo estejam cobertas a curto e médio prazo. Ao contrário do gás, que depende criticamente de infraestruturas físicas para o seu transporte, o petróleo pode ser transportado sem dificuldades por via marítima, o que facilita a substituição das importações russas a curto prazo. Assim, para além de contar com a oferta de petróleo dos países da OPEP e dos EUA, associações internacionais como a IEA mostraram a sua disponibilidade para voltar a libertar parte das suas reservas estratégicas de crude, tal como fizeram no início da guerra. Relativamente às implicações sobre os preços, é de notar que o facto de existirem alternativas do lado da oferta não deve necessariamente implicar uma diminuição dos preços do barril de crude. De facto, os países da OPEP expressaram o seu desejo de manter os preços a rondar os 80 e 90 dólares por barril, níveis acima da média histórica e que manterão a pressão ascendente sobre as taxas de inflação globais.

A longo prazo, é certo que a crise energética proporcionará à UE um incentivo para promover fontes de energia mais ecológicas e menos dependentes dos combustíveis fósseis, mas o seu pleno desenvolvimento é uma demanda a médio prazo, o que sugere que as importações de crude continuarão a ser relevantes para as necessidades energéticas europeias nos próximos anos.

Rússia: receitas da venda de combustíveis fósseis em 2022

(Milhões de euros por dia)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do CREA.